

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1413 | 13/11/2017 a 19/11/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



INFRAESTRUTURA

BONS E MAUS EXEMPLOS

Parceria entre os setores público e privado possibilita melhorias nos portos do Paraná. Dependente de investimentos governamentais, a qualidade das estradas brasileiras só piora

sistemafaep.org.br

FALTAM

0 4 9

DIAS

Para inscrição no CAR
e adesão ao PRA



PRA

Aos leitores

Em um país extenso e com vocação agrícola como o Brasil, uma infraestrutura de qualidade é fundamental para escoar sua produção. Porém a realidade é outra. Pesquisa recente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) mostra que as estradas do país vão de mal a pior. Principal forma de transporte do que é produzido no Brasil, as vias rodoviárias, segundo o estudo, foram classificadas como “regular”, “ruim” ou “péssima” em 61,8% dos casos este ano. Em 2016, o índice era de 58,2%. A explicação está na dependência e na falta de investimentos públicos. As crises política e econômica dos últimos anos só contribuiu para esse cenário nada animador.

Mas quando o Estado aceita dialogar com a iniciativa privada, atendendo as demandas de quem produz e sabe das dificuldades que enfrenta, o avanço acontece. Um bom exemplo vem dos portos paranaenses. Um dos grandes problemas era a demora em desembarcar cargas, como fertilizantes. A organização e investimentos, tanto públicos como privados, têm conseguido diminuir as multas pagas pela sobre-estadia dos navios de fertilizantes.

Boa Leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Ricardo Medeiros | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueil | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1413:

Fernando Santos, Milton Doria, APPA, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE

INFRAESTRUTURA

Levantamento aponta queda da demurrage no portos do Paraná

PÁG. 4

CADECS

Núcleo faz treinamento a integrantes de comissões

Pág. 9

AGRINHO 2017

Premiadas são recebidas com festa

Pág. 11

LUTO

Amarildo Brustolin morre aos 55 anos

Pág. 12

MEIO AMBIENTE

Multas podem ser convertidas em serviços

Pág. 14

HISTÓRIA

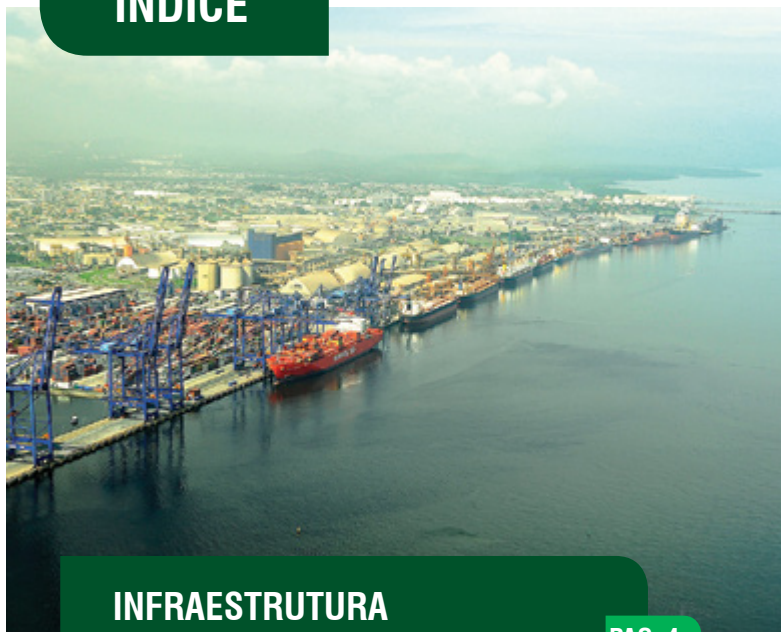
500 anos de uma revolução religiosa

Pág. 16

SENAR-PR

Cursos ajudam filha de agricultor a optar por continuar no campo

Pág. 22



Fim da vacinação: um caminho sem volta



A ideia de antecipar o fim da vacinação contra a febre aftosa ganhou amplo apoio do setor produtivo. Sociedades rurais, cooperativas, sindicatos rurais, pecuaristas, associações, entre outros, assinaram um manifesto defendendo a proposta. Mais de 200 entidades concordam que o Paraná deve trilhar esse caminho. Os motivos são vários.

O primeiro deles é o fato de termos condições sanitárias para isso. A vacinação, ao contrário do que parece, funciona como uma ação complementar para uma defesa sanitária que, para os critérios internacionais, não é suficiente. Sabemos que a obrigatoriedade de vacinar não reflete a nossa realidade atual. Hoje, temos totais condições de dar respostas imediatas, em uma remota possibilidade de um problema. Falta apenas o reconhecimento pelos órgãos internacionais, o que vai nos permitir mostrar também ao mundo que nosso sistema é robusto.

Ao longo dos anos foram tomadas inúmeras medidas que demonstram a responsabilidade na condução desse processo. Uma delas foi a cria-

ção do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundepec), ainda nos anos 1990, que garante ao produtor, em caso de surtos de doenças em animais, indenização pelos animais sacrificados por questões sanitárias. Nessa lista está também a participação constante nas reuniões da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), para conhecer como os países referência no assunto desenvolvem seus sistemas de defesa. Sem contar ainda milhares de mobilizações, programas e cursos promovidos pelo Sistema FAEP/SENAR-PR em relação à sanidade.

O segundo motivo é o fato de que esse processo irá acontecer mais cedo ou mais tarde. O Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) define as ações para o Brasil tornar-se área livre da doença sem vacinação até 2023. Mas com todo o trabalho desempenhado no Paraná nas últimas décadas, como já mencionado, nós podemos e temos a obrigação de sair na frente. Fazemos diariamente o nosso papel e merecemos todo o empenho das autoridades

capazes de acelerar esse processo.

Terceiro motivo: ganho de mercado. O novo status permitirá conquistar compradores globais diferenciados, que hoje não conseguimos acessar, uma vez que eles não aceitam importar de mercados que vacinam. A vacinação contra aftosa é uma confissão de que o sistema de defesa sanitário não é confiável e, por isso, se vacina o gado. Um exemplo disso é a Coreia do Sul, que recentemente fechou acordo de importação de suínos de Santa Catarina (único Estado brasileiro “Livre de Febre Aftosa Sem Vacinação”). Para se ter ideia do que isso representa, o volume que o país asiático importou de suínos de todo o mundo em 2016 (615 mil toneladas) foi quase o volume total de exportação do Brasil do produto no período (733 mil toneladas).

São vantagens econômicas como essa que vão ser alcançadas com o novo status reconhecido mundialmente. Isso vai gerar aumento das exportações, melhor preço, maior produção, implantação de agroindústrias, mais impostos, empregos e outros fatores de distribuição da riqueza. É algo que atinge toda a agropecuária, o que inclui suinocultura e avicultura, nas quais somos grandes produtores e exportadores. É com muita responsabilidade que defendemos o fim da vacinação contra a febre aftosa. Afinal, o risco de foco não se elimina com vacina. E sabemos a importância de estarmos sempre em alerta porque seríamos nós, produtores rurais e pecuaristas, os maiores prejudicados se a nossa decisão não tivesse sido tomada de forma responsável.

Ágide Meneguette,
presidente do
Sistema FAEP/SENAR-PR

Estradas pioram, mas porto dá exemplo

Enquanto cai a qualidade das rodovias brasileiras a cada ano, os terminais marítimos paranaenses mostram que a integração com o setor produtivo traz ganhos concretos

Por André Amorim



A defasada infraestrutura brasileira sempre jogou contra o setor produtivo. Não é de hoje que os investimentos em logística não acompanham o crescimento da produção. Enquanto nossos produtores rurais batem sucessivos recordes de produção, nossas estradas batem recordes de má qualidade.

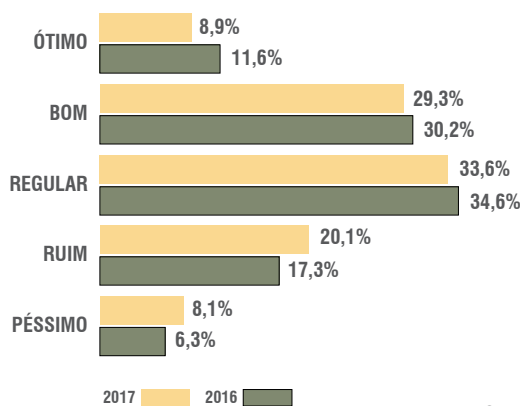
Falta investimento, visão estratégica e, principalmente, diálogo com a iniciativa privada para que as políticas de desenvolvimento andem em sintonia com a produção econômica. A seguir o leitor irá conhecer dois exemplos distintos de como a interlocução do setor produtivo com o setor público pode trazer bons resultados. De um lado a pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), que aponta uma piora sistemática na qualidade das nossas rodovias. De outro, o exemplo dos portos

do Paraná, que conseguiram dinamizar suas operações e reduzir sistematicamente as multas por sobre-estadia de navios.

Da porteira para dentro o produtor rural brasileiro é exemplo de dedicação e produtividade. Porém, até chegar ao seu destino final, a produção agropecuária enfrenta estradas de péssima qualidade, que impactam diretamente os custos de transporte e a competitividade dos produtos nacionais.

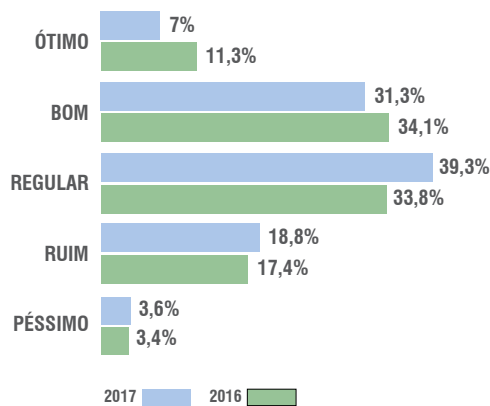
Essa situação ficou evidenciada na 21ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias, divulgada na primeira semana de novembro, que avaliou mais de 105 mil quilômetros de rodovias brasileiras (entre públicas e concedidas, federais e estaduais) para verificar o estado das vias. O resultado é desanimador, de um ano para o outro houve queda gene-

Rodovias do Brasil



Fonte: CNT

Rodovias do Paraná



Fonte: CNT

realizada na qualidade das estradas pesquisadas. Aquelas classificadas como “regular”, “ruim” ou “péssima” passaram de 58,2% em 2016, para 61,8% este ano.

Em um país onde o escoamento da safra agrícola é feito praticamente todo sobre as rodas de caminhões, essa realidade tem impacto direto no rendimento dos produtores.

Na região Sul, foram pesquisados 18.403 km de rodovias. No Paraná, os pesquisadores percorreram 6.336 km. Constatou-se que cerca de 60% das estradas paranaenses apresentam problemas. De acordo com a pesquisa, para

recuperar os trechos desgastados e realizar ações emergenciais de reconstrução e restauração das vias, seria necessário investir R\$ 2,6 bilhões na malha estadual.

Segundo o coordenador de estatística e pesquisa da CNT, Jefferson Cristiano, a deficiência das rodovias paranaenses aumenta o custo operacional do transporte em 25,6%. “Isso ocorre devido ao desgaste desnecessário dos equipamentos (veículos), o consumo maior de diesel e o maior tempo para percorrer os trajetos”, diz.

A pesquisa utilizou a qualidade do pavimento, da sinalização, a geometria da via e a presença de pontos críticos (queda de barreiras, queda de pontes, etc.) como parâmetros de avaliação. No Paraná, cerca de 50% do pavimento foram considerados regulares, ruins ou péssimos. A sinalização apresenta problemas em 57,9% da extensão avaliada. Já a geometria é insatisfatória em 77,6% das vias e foi identificada uma queda de barreira.

De acordo com Cristiano, dos 3.955 km analisados de estradas federais no Paraná, 46,7% apresentaram problemas, enquanto nos 2.381km de rodovias estaduais, 81,6% foram consideradas em más condições. No ranking dos piores corredores do Brasil, o trecho entre Barracão (região Sudoeste) e Cascavel (Oeste) está entre os dez piores.



BR 376 faz parte do corredor Curitiba/PR - Porto Alegre/RS, que está na lista dos melhores do país

Investimentos

A queda generalizada na qualidade das rodovias brasileiras está diretamente ligada à falta de obras em infraestrutura. A partir de 2011, a drástica redução dos investimentos públicos federais levou a um agravamento da situação da malha rodoviária. Naquele ano, o montante de recursos destinados a infraestrutura rodoviária foi da ordem de R\$ 11,2 bilhões. Em 2016 esse volume caiu para R\$ 8,61 bi. Neste ano, até o mês de junho, foram investidos R\$ 3,01 bilhões.

Vale lembrar que nem todo dinheiro destinado para melhorias em infraestrutura é de fato aplicado. Segundo Cristiano, dos R\$ 18 bilhões reservados no orçamento da União para essa finalidade em 2012, apenas R\$ 9 bilhões foram pagos. Em 2015, dos R\$ 9,3 bilhões autorizados, só R\$ 5,9 bilhões foram utilizados.

“Se o país pretende crescer de forma sustentável é imprescindível pensar em infraestrutura”, avalia o coordenador de estatística e pesquisa da CNT. No entanto, segundo ele, “as intervenções geralmente são feitas de forma lenta, não são contínuas e não tem qualidade”. Para dar um salto de crescimento, é preciso que os investimentos sejam feitos de forma planejada. E para isso a participação do setor produtivo é fundamental. “A iniciativa privada tem que participar das decisões, afinal o transporte afeta todas as áreas”, observa.

Exemplo que vem do Porto

Uma situação que evidencia como é possível traçar um caminho diferente quando o setor produtivo participa da construção das estratégias para o desenvolvimento vem da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa).

Maior potência agrícola mundial, o Brasil tem seu calcanhar de Aquiles na dependência de fertilizantes importados. Mais de 70% de todos os produtos utilizados nas lavouras nacionais vêm de fora e boa parte desse montante entra no país por meio do Porto de Paranaguá.

Uma das questões que mais onera essa logística é a multa cobrada pela sobre-estadia dos navios que descarregam fertilizantes no porto, a chamada demurrage. Quanto maior o tempo para descarregar, maior a multa. Para enfrentar esta questão, uma série de ações e investimentos – tanto públicos quanto privados – foi realizado trazendo bons resultados.

De acordo com o Sindicato da Indústria de



Os 20 melhores corredores viários do Brasil

Apenas uma passa pelo Paraná, a ligação Curitiba-PR a Porto Alegre-RS pelas estradas BR-101, BR-280, BR-290 e BR-376;



O melhor corredor viário do país

A primeira colocada é a ligação São Paulo-SP a Limeira-SP, pelas estradas SP-310 (BR-364) e SP-348, com classificação “ótimo”.



Corredor Foz do Iguaçu-Paranaguá

Uma das ligações mais importantes para o escoamento do agronegócio paranaense, a BR-277 ficou em 29º lugar no ranking nacional das rodovias, com a classificação “bom”.



Pior corredor viário do Paraná

O trecho mais problemático do Paraná é também um dos piores do Brasil. A ligação Barracão-PR a Cascavel-PR (BR-163, PR-182 e PR-582), com a classificação “ruim”, ficou na 102ª posição, em uma lista que vai até a 109ª.



Posição global

O Brasil é o 103º colocado no ranking mundial de qualidade de estradas, que tem 142 países analisados.

Fonte: CNT



Desembarque de fertilizantes no Porto de Paranaguá

A adubos e Corretivos Agrícolas no Estado do Paraná (Sindiadubos-PR), em 2016 os portos do Paraná importaram 8,7 milhões toneladas de fertilizantes. Naquele ano, os gastos com a demurrage totalizaram mais de US\$ 42 milhões, ou US\$ 4,84 por tonelada. O valor é expressivo, mas quando comparado com o ano anterior (2015) verifica-se uma redução de 24% no total pago. Quando comparado com os primeiros nove meses de 2017, o

custo da demurrage por tonelada de fertilizante caiu para US\$ 3,48. Nos últimos seis anos, o valor pago pela sobre-estadia dos navios recuou 70%.

De acordo com o gerente executivo do Sindiadubos-PR, Décio Gomes, a explicação para esta redução está nas melhorias ocorridas dentro e fora dos portos paranaenses. “De 2012 para cá, uma série de ações no sentido de melhorar a infraestrutura portuária proporcionou

Corredores rodoviários brasileiros



Total de rodovias
no Brasil
1.735.621 km



Pavimentadas
212.886 km
(12,3%)



Não pavimentadas
1.365.426 km
(78,7%)

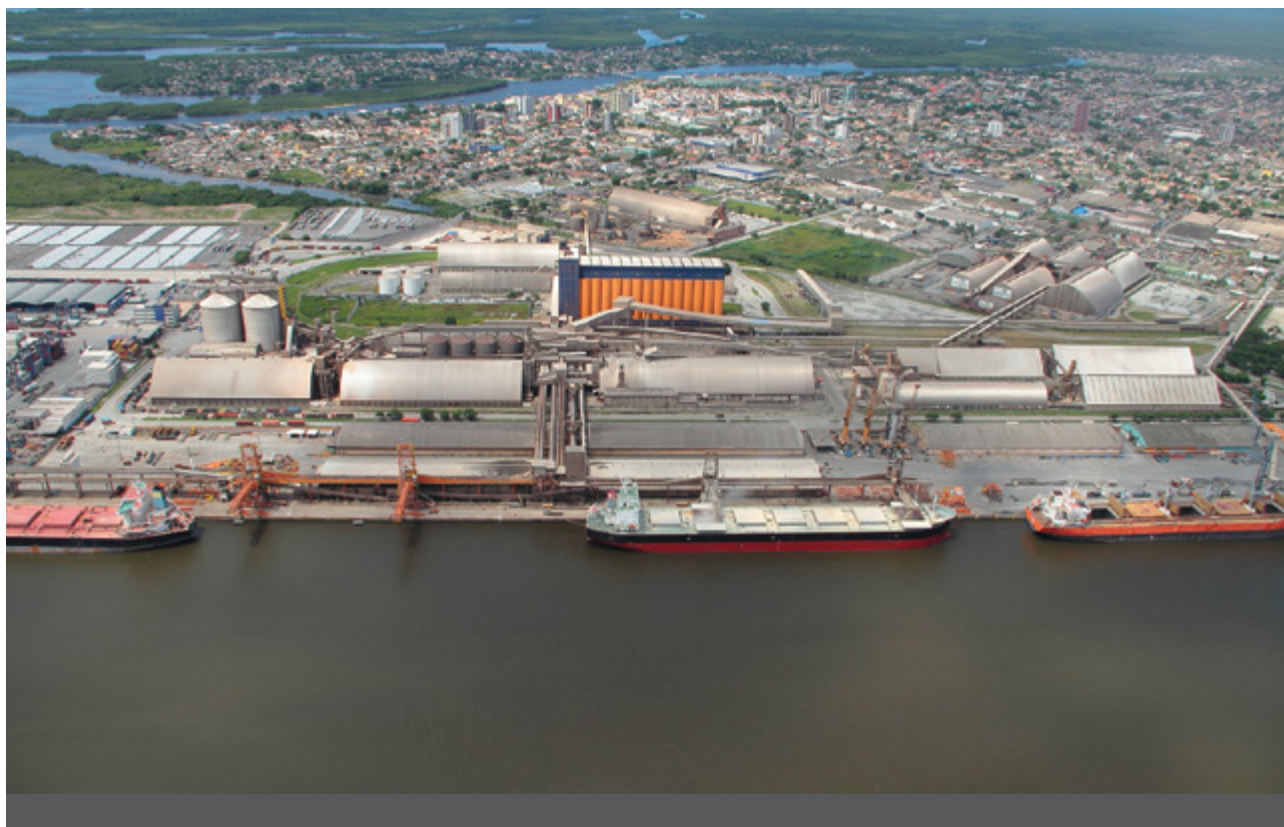


Planejadas
(só no papel)
157.309 km
(9,1%)



Rodovias percorridas
pela pesquisa:
Brasil: 105.814 km
Paraná: 6.336 km

Fonte: CNT



um ganho de produtividade na descarga”, observa. “Esse conjunto de ações integradas fez com que o tempo de descarga diminuísse, proporcionando um tempo de atracação e espera menor”, avalia.

A fórmula para esse salto de desempenho passou pelo diálogo com o setor produtivo, conforme explica o superintendente da Appa, Luiz Henrique Dividino. “Em 2011, identificamos uma situação dramática: fila de navios, falta de segurança e desorganização. Então sentamos com os importadores e fizemos um planejamento conjunto, estabelecendo uma série de projetos e investimentos para reduzir essa situação caótica”, lembra.

Após esta primeira conversa, teve início uma série de ações para agilizar a entrada e saída de mercadorias. Foi realizada a dragagem, possibilitando a operação de navios de maior porte. Houve investimentos por parte da Appa em novos equipamentos, como balanças de grande porte. Também foi realizada a reforma nos berços de atracação, além de melhorias para reduzir a burocracia que asfixiava as operações portuárias. “Colocamos ordem na parte das normas que tínhamos, que eram burocráticas, confusas, pouco transparentes (...) saímos da época do carimbo e fomos para a alta tecnologia”, explica Dividino, referindo-se à informatização dos processos, que possibilitou maior agilidade nas operações.

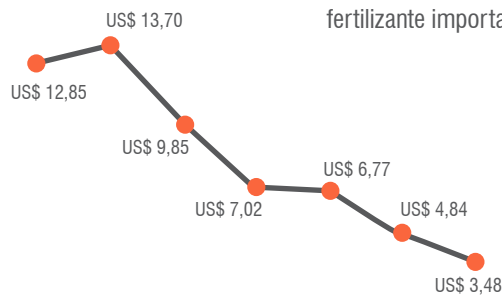
A iniciativa privada também fez sua parte. Houve investimentos na automação da descarga de fertilizantes, como a construção de uma esteira para transportar os fertilizantes e aumento na capacidade de armazenamento dos ope-

radores portuários.

Em todos esses passos o diálogo com os agentes privados foi estratégico para que as melhorias pretendidas fossem alcançadas. “Seria um grande avanço do setor público ouvir a necessidade daqueles que, no final das contas, são os nossos patrões. Temos obrigação de falar com a FAEP, Fetranspar, cooperativas e saber quais são os seus problemas. Se a gente acertou, em parte foi pelas contribuições que eles nos deram”, considera Dividino.

Multa em queda

Valor pago a título de demurrage (por tonelada de fertilizante importado)



2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017(*)

* Dados até setembro
Fonte: Sindiadubos - PR

Capacitação voltada para negociação

Integrantes das comissões estão recebendo treinamentos de liderança, técnicas de negociação, noções jurídicas e custo de produção



O Núcleo de Cadecs do Paraná, criado em agosto, iniciou mais uma etapa do processo de fortalecimento da defesa dos interesses dos produtores das cadeias de avicultura e suinocultura. Desde o começo de novembro, integrantes das 16 Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs) instaladas pelo Estado estão sendo treinados com “Noções jurídicas aplicadas aos contratos de integração”. O módulo de oito horas, que faz parte do plano de capacitação desenvolvido pelo Núcleo, já foi ministrado aos produtores das duas comissões de aves (corte e matriz/recria) da Lapa, na Região Metropolitana de Curitiba, e das duas (corte e matriz/recria) de Carambeí, nos Campos Gerais. O treinamento irá abranger as demais até o final do ano.

“Esse e os demais módulos buscam capacitar os membros das Cadecs para uma atuação efetiva nas reuniões com as agroindústrias. Vamos percorrer o Estado para preparar nossos produtores para atuarem nas mesas

de negociação”, destaca Ágide Menequette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Para Adyr Krauchuk, avicultor e coordenador da Cadec de matriz/recria na Lapa, o curso de noções jurídicas terá efeito prático nas próximas negociações com a indústria instalada no município. “Antes o contrato vinha pronto e só assinávamos. Agora temos conhecimento para discutir pontos, argumentar com a indústria. Estamos preparados para futuras negociações”, afirma. “Todos os integrantes participaram e tiraram muitas dúvidas. O curso foi bem proveitoso, tanto que até no intervalo continuávamos debatendo o assunto”, complementa.

A formação de comissões paritárias nas unidades industriais atende a Lei nº 13.288, Lei da Integração, aprovada no ano passado. Cada uma precisa contar com o mesmo número de representa-

tes do setor produtivo e das empresas, com regimento interno próprio.

Além da parte de noções jurídicas, o plano de capacitação inclui os módulos “Organização de reuniões” (oito horas), “Técnicas de negociação” (16 horas) e “Custos de produção” (16 horas). Esses serão ministrados, a partir de fevereiro de 2018, por técnicos da FAEP e do SENAR-PR. A expectativa é treinar mais de 200 membros de Cadecs.

O planejamento do Núcleo de Cadecs do Paraná ainda inclui apresentação do projeto para as agroindústrias e divulgação pelo interior do Estado, principalmente para incentivar os demais produtores a montarem a comissão nas regiões onde estão instaladas as agroindústrias.

Atualmente, 16 Cadecs já estão instaladas e outras cinco em fase de implantação. O Paraná conta com 31 unidades agroindustriais nas cadeias de suínos e aves, espalhadas por todas as regiões. A expectativa é fechar o ano com as 21 comissões em pleno funcionamento.

Trabalho e previdência em debate

Técnicos e lideranças sindicais participaram de encontro promovido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR



As reformas Trabalhista e Previdenciária e a implantação do eSocial estiveram em pauta em um encontro promovido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, em Curitiba, no dia 6 de novembro. Técnicos, presidentes e lideranças de 82 sindicatos rurais de todo o Paraná se reuniram para uma atualização do andamento desses temas nas mesas de negociação pelo Brasil, nas quais a instituição tem atuado. Os palestrantes do evento foram Klaus Dias Kuhnen, assessor jurídico da FAEP, Eleutério Czornei, assessor técnico da Federação, e Frederico Toledo Melo, assessor jurídico da Confederação Nacional de Agricultura (CNA).

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, indicou, na abertura do evento, que este é um momento de insegurança jurídica e que exige atenção para as constantes mudanças. “Sabemos que os discursos estão desalinhados. Isso deixa uma série de dúvidas sobre como as reformas vão se definir. Precisamos ter cuidado porque as regras ainda não estão claras”, disse Meneguette.

Sobre a Reforma da Previdência, Eleutério Czornei detalhou que o cenário político atual torna difícil fazer previsões do que vai acontecer. Mas ele afirmou que, ao analisar a pirâmide etária do Brasil e os dados de arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é possível cravar que será necessária uma reforma a curto prazo, a exemplo do que acontece em outros países. “Precisamos colocar isso na nossa lista de preocupações. É inevitável chegar a alternativas que tornem viável manter a previdência em funcionamento nos próximos anos”, explicou.

Em relação à Reforma Trabalhista, Klaus Dias Kuhnen detalhou as principais alterações na legislação, em pontos como férias, horas-extras, intervalos, duração de jornadas, entre outros. Houve um total de 114 itens modificados pela Lei 13.467, de 2017, publicada em Diário Oficial em julho. Mas apesar de

valer a partir de 13 de novembro (120 dias após a publicação), há possibilidade de haver novas modificações por meio de Medida Provisória (MP). “Isso que detalhei aqui é Lei, efetivamente é o que está valendo, mas sabemos que podem vir novas mudanças”, pontuou.

Implantação do eSocial

Um dos temas que preocupa os sindicatos rurais, que prestam serviços aos produtores rurais, é o prazo para a implantação do eSocial. Trata-se de um sistema criado pelo governo federal que pretende unificar o envio de informações relativas aos trabalhadores. A princípio, conforme explicou Frederico Toledo Melo, da CNA, o início do uso da plataforma para o grupo que inclui os produtores rurais será em julho de 2018. “Nossa posição é que esse prazo não é suficiente para uma integração harmônica de todos os processos necessários para que tudo funcione devidamente”, avaliou.

A festa das premiadas

Carreatas, coquetéis e reconhecimento pelo trabalho marcam a volta para casa das professoras vencedoras do concurso. Em Cambará, Sindicato Rural organiza etapa municipal do projeto



A professora Aparecida Dias foi recebida com carreata em Terra Boa

Depois de serem premiadas em uma grande festa realizada no Expotrade Pinhais (na Região Metropolitana de Curitiba), no dia 30 de outubro, as autoras das melhores experiências pedagógicas do concurso Agrinho 2017, programa educacional do Sistema FAEP/SENAR-PR, foram recebidas em suas cidades de origem com muita festa.

Foi o caso da vencedora do primeiro lugar da rede pública de educação, Fabiani Rossatto, de Chopinzinho (região Sudoeste), que foi recebida com um coquetel promovido pelo sindicato rural do município, do qual participaram amigos e convidados da docente, além de autoridades municipais.

No caso da professora Janaína Santos, primeiro lugar da rede particular de ensino, a festa começou já no retorno ao município. “Fizemos uma carreata de madrugada mesmo. Incomodamos alguns vizinhos”, conta Nilze Brandão, diretora da escola Rafael Costa da Rocha, na qual a docente premiada desenvolveu o projeto. No dia seguinte houve outra carreata, com mais participantes.

Mais do que o prêmio físico em si (um carro zero quilômetro), o reconhecimento das professoras vencedoras no Concurso Agrinho é um grande estímulo à participação de

outros docentes. “Depois desta conquista houve uma reação muito positiva, muita gente se animando para participar do Agrinho. Senti uma onda de incentivo e credibilidade”, observa Nilze.

Em Terra Boa (Centro Ocidental), lar da professora Aparecida Dias, outra premiada no concurso deste ano, também houve carreata para comemorar o feito. Em Ponta Grossa (Campos Gerais) a professora Flávia Corina Vitkoski foi recebida pelo prefeito e outras autoridades municipais, enquanto que em Marechal Cândido Rondon (Oeste) a professora Graciele Rambo foi a uma rádio para dar entrevista sobre a sua premiação.

Cambará

Outro projeto que vem estimulando a participação de alunos, professores e escolas no programa Agrinho vem de Cambará (Norte Pioneiro). Há oito anos o Sindicato Rural do município promove uma edição paralela, após a premiação estadual, para valorizar o trabalho de estudantes e docentes. A premiação foi no dia 9 de novembro.

Para isso é realizada uma classificação independente da estadual, que premia os três melhores trabalhos de cada escola, entre redações e desenhos. A avaliação é feita por uma banca formada por professores convidados. Neste ano participaram nove escolas, oito da rede pública e uma particular. A competição municipal também incluiu o Agrinho Solos, com prêmios para os vídeos vencedores.

Segundo o presidente do Sindicato Rural, Aristeu Sakamoto, a iniciativa vem apresentando resultados. “No começo, concorriam só uma centena de trabalhos, mas foi crescendo. Em 2015, tivemos 600 trabalhos concorrendo. No ano passado passou para mais de 800 e este ano fechamos em 1.250 trabalhos, entre desenhos e redações”, conta.

Paraná perde líder da avicultura

Um dos maiores representantes do setor, Amarildo Brustolin morreu aos 55 anos



A avicultura paranaense perdeu um grande defensor. No dia 3 de novembro, o presidente da Comissão Técnica da Avicultura da FAEP e vice-presidente da Associação e da Cooperativa dos Avicultores do Sudoeste do Paraná (Aaspar e Coovavisul), Amarildo Antônio Brustolin, perdeu a batalha que vinha travando contra um câncer e nos deixou aos 55 anos de idade.

Parte cedo, deixando uma lacuna na representação de um setor importantíssimo para a economia do Paraná. “No momento em que vivemos uma grande falta de representatividade no Brasil, perdemos uma grande liderança. Um guerreiro na luta pela vida e pelas suas crenças”, declarou o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

Um dos porta-vozes nacionais do setor de avicultura, Brustolin participou ativamente das negociações que culminaram na Lei da Integração (Lei nº 13.288), sancionada em maio de 2016, que tornou mais transparentes as relações entre avicultores e agroindústrias. “Ele não mediou

esforços para que isso se consolidasse. Desde o início ele lutou arduamente pela aprovação desta lei. A gente sabe o quanto ele trabalhou para trazer isso para o setor”, observou o presidente da Aaspar/Coovavisul, Sérgio Rebonato. “Ele vai nos fazer muita falta pela liderança, pelas atitudes positivas e pelo entusiasmo”, lamentou.

Brustolin transitava das questões nacionais do setor para os problemas locais com o mesmo comprometimento. “Ele tinha participação expressiva em todos os movimentos da cidade. Era envolvido. Um líder nato”, recordou o presidente do Sindicato Rural de Dois Vizinhos, Pedro Sbardelotto. “Ele nos ajudava muito no sindicato, mesmo não sendo membro efetivo. Ele participava da assembleia, ajudava a gente a se estruturar”, completou.

Nunca se furtou em emprestar à comunidade suas competências de líder e administrador. Foi presidente da as-

sociação de pais e mestres das escolas onde suas filhas estudaram, presidente do conselho da igreja, catequista e presidente do Rotary Clube de Dois Vizinhos. Em todas estas atividades sempre deu o melhor de si, sem esperar nada em troca que não o comprometimento de seus pares.

A amizade e o amor pela família formaram seu maior legado. “Era uma pessoa que admirava muito pela postura na hora de ser firme e de amizade nas horas de lazer. Era um grande parceiro. Se precisasse dele às três da madrugada ele estava disposto, não deixava ninguém na mão”, lembra o avicultor e amigo de longa data Claudenor José Schaedle, parceiro de pescarias, hobby pelo qual Amarildo tinha grande paixão.

Tornou-se bacharel em Administração de empresas aos 45 anos, provando que nunca é tarde para construir seus sonhos. Deixa a esposa Etelvina Gallo Brustolin e suas quatro filhas Ângela Brustolin Rigatti, Adriany Brustolin, Mirian Brustolin e Daniela Brustolin, além de dois netos: Bernardo, de três anos, e Benjamin, de sete meses.

Imunização contra aftosa vai até o dia 30

Líderes e pecuaristas defendem a antecipação do status de livre da doença sem vacinação para o Paraná



Os bovinocultores têm até o dia 30 de novembro para vacinar seus plantéis contra a febre aftosa, independentemente da idade dos animais. A segunda fase da campanha de imunização contra a doença começou no dia 1º de novembro em todos os Estados do país, menos em Santa Catarina, que tem status de território livre da aftosa sem vacinação.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a primeira etapa de imunização, realizada a partir de maio, atingiu 98,28% do rebanho nacional. De 195,4 milhões de cabeças, foram vacinados 192,1 milhões.

“É importante fazer a vacinação dos animais contra a doença para manter a credibilidade do controle sanitário do país. O Paraná precisa manter os índices de imunização, favorecendo o pleito da antecipação do status de Estado livre da febre aftosa sem vacinação”, afirma Antônio Poloni, assessor da FAEP.

O Plano Estratégico de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (Pnefa) prevê a retirada da vacinação contra a febre aftosa em todo o país até 2023. O plano dividiu o país em cinco blocos para fazer a transição de áreas livres da aftosa com vacinação para sem imunização. O Paraná faz parte do último bloco, junto com Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Um documento entregue ao governador Beto Richa, pelos presidentes do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide

Meneguette, e da Ocepar, José Roberto Ricken, no dia 20 de outubro, e que tem apoio de centenas de entidades, defende que o Paraná receba o status de Estado livre da doença sem vacinação antes do prazo estabelecido pelo governo. Líderes sindicais e pecuaristas paranaenses pedem a antecipação do prazo para 2021.

O setor defende que o governo paranaense já fez a lição de casa e o controle sanitário está funcionando no Estado. Pecuaristas alegam ainda que o fim da exigência da vacinação contra a febre aftosa vai abrir mercados externos para produtos de origem animal.

“Aparentemente parece um problema que só afeta o setor de bovinos, mas, na verdade, atinge a toda a produção agropecuária. Ser reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação significa que o nosso sistema de defesa sanitária animal e vegetal é eficiente”, afirmou Ágide Meneguette, durante encontro em Curitiba, em 10 de outubro, quando foi debatido a liberação do Estado como área livre de febre aftosa sem vacinação a partir de 2021.

O Paraná tem 9,4 milhões de cabeças de gado. Em 2016, o Estado abateu 1,98 milhão de cabeças, com uma produção de 290 mil toneladas de carne bovina. O Paraná tem o maior rebanho de suínos do Brasil, com 7,1 milhões de cabeças e é o maior exportador de carne de frango brasileiro.

Providências

O produtor deve comprar a vacina, pedir nota fiscal e preencher o Comprovante de Vacinação e a Atualização Cadastral, relacionando a quantidade de animais existentes e vacinados, por sexo e idade. O pecuarista precisa levar esses documentos para fazer a comprovação da vacinação nas Unidades Locais de Sanidade Agropecuária. Se a vacinação for conjunta, cada produtor deve providenciar o seu comprovante. Se o criador tiver mais de uma propriedade, precisa providenciar um documento para cada área.

Decreto permite conversão de multas ambientais

Autuados podem prestar serviços de preservação e conservação



Por Carla Beck
Engenheira agrônoma DTE/FAEP

O Decreto nº 9.179, de 23 de outubro de 2017, instituiu o Programa de Conversão de Multas Ambientais emitidas por órgãos da União, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). A medida concede à autoridade ambiental federal a competência de converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. A conversão de multa é prevista na Lei nº 9.605/1998, que regula esse tipo de crime.

Essa possibilidade permite o acordo entre o órgão responsável e o infrator para a reparação integral dos danos ambientais, sem a obrigatoriedade de recorrer ao Poder Judiciário. Dessa forma terá uma economia financeira e de tempo. E, principalmente, o melhor benefício reside na recuperação ao meio ambiente.

Qual o valor que deverá ser estabelecido para conversão de multas em serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente?

O valor será igual ou superior ao da multa convertida. Independentemente do valor da multa aplicada, o autuado fica obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

O que podem ser considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente?

São consideradas as ações, atividades e as obras incluídas em projetos com, no mínimo, um dos seguintes objetivos: Recuperação de áreas degradadas para conservação da biodiversidade e conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente; de processos ecológicos essenciais; de vegetação nativa para proteção; e de áreas de recarga de aquíferos. Proteção e manejo de espécies da flora nativa e da fauna silvestre. Monitoramento da qualidade do meio ambiente e desenvolvimento de indicadores ambientais. Mitigação ou adaptação às mudanças do clima. Manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a conservação, a proteção e a recuperação de espécies da flora nativa ou da fauna silvestre e de áreas verdes urbanas destinadas à proteção dos recursos hídricos. Educação ambiental. Promoção da regularização fundiária de unidades de conservação.

Quais as opções para o autuado solicitar a conversão de multas em serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente?

O autuado, ao pleitear a conversão de multa, deverá optar pela implementação, por seus meios, de serviço de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Ou pela adesão a projeto previamente selecionado pelo órgão federal emissor da multa.

Qual o desconto que o autuado terá no caso de optar pela conversão de multas em serviços de preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente?

A conversão das multas em serviços ambientais ocorrerá de duas formas: direta ou indiretamente. Nos dois casos se mantém a obrigatoriedade de recuperar a área degradada que deu origem à punição. Na opção pela conversão direta, os infratores terão direito a um desconto de 35% no total da multa e se comprometem a investir o valor em recuperação ambiental. A atuação não poderá ser convertida em serviços ambientais aplicados na área do próprio dano. Já na forma de conversão indireta, o infrator poderá receber um desconto de 60% do valor total da multa, que será investida em cota-parte de projeto de recuperação definida como prioritária por comissão mista, formada pelo poder público e sociedade civil. O novo decreto determina que o ato administrativo que encerra o débito público, a partir da conversão, será efetivado somente após a conclusão dos serviços ambientais prestados.

Como se dará o processo de conversão de multas?

Por ocasião do julgamento do auto de infração, a autoridade julgadora deverá, em decisão única, sentenciar a multa e o pedido de conversão dela.

O que será considerado para aceitar essa conversão?

A autoridade julgadora considerará as peculiaridades do caso, os antecedentes do infrator e o efeito dissuasório da

multa ambiental. Poderá deferir ou não o pedido de conversão.

Aceito essa conversão da multa, qual o próximo passo?

Se deferido o pedido de conversão, o autuado será notificado para comparecer em uma unidade administrativa para a assinatura do termo de compromisso. Se a decisão for favorável, as partes celebrarão termo de compromisso, que estabelecerá a vinculação do autuado ao objeto da conversão pelo prazo de execução do projeto aprovado ou de sua cota-parte no projeto escolhido pelo órgão emissor da multa.

O que deve conter nesse termo de compromisso assinado?

O termo de compromisso conterá as seguintes cláusulas obrigatórias: nome, qualificação e endereço das partes compromissadas e de seus representantes legais; serviço ambiental objeto da conversão; prazo de vigência do compromisso, que será vinculado ao tempo necessário à conclusão do objeto da conversão que, em função de sua complexidade e das obrigações, poderá variar entre o mínimo de noventa dias e o máximo de dez anos, admitida a prorrogação, desde que justificada; multa a ser aplicada em decorrência do não cumprimento das obrigações pactuadas; efeitos do descumprimento parcial ou total; reparação dos danos decorrentes da infração ambiental, caso existentes; e o foro competente para solucionar casos na justiça entre as partes.

O autuado necessita estar inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR)?

Sim. Se os serviços a serem executados demandarem recuperação da vegetação nativa em imóvel rural, as áreas beneficiadas com a prestação de serviço objeto da conversão deverão estar inscritas no CAR.

Como faz para concluir o processo?

A assinatura do termo de compromisso suspende a exigibilidade da multa aplicada e implica renúncia ao direito de recorrer administrativamente. A celebração do termo não põe fim ao processo administrativo e o órgão ambiental monitorará e avaliará, a qualquer tempo, o cumprimento das obrigações. A efetiva conversão da multa se concretizará somente após a conclusão do objeto, parte integrante do projeto, a sua comprovação pelo executor e a aprovação pelo órgão federal emissor da multa.

O pagamento da multa convertida implica na suspensão das penalidades na esfera penal e civil?

Não. Independentemente do pedido de conversão da multa e recuperação da área a responsabilidade penal e civil, seguirão os processos pelas autoridades competentes. No prazo de 90 dias, o órgão federal emissor da multa definirá os critérios para os projetos e como será a execução na prática.

500 ANOS DE LUTERANISMO

Crítico dos métodos adotados pela Igreja Católica, Martinho Lutero foi o responsável por uma revolução religiosa





No dia 31 de outubro de 1517, o monge alemão Martinho Lutero (1483-1546) decidiu desafiar o poder do Papa Leão X (1475-1521). Naquele dia, ele afixou na porta da igreja de Wittenberg as 95 teses que serviram de base para a reforma protestante que abalou os alicerces da Igreja Católica. Lutero era um crítico dos métodos adotados pelo Vaticano, principalmente a venda de indulgências – a diminuição de sofrimento no purgatório pós-morte até a absolvição absoluta de pecados em troca de dinheiro – a corrupção em setores do clero. A gota d'água, digamos assim, para Lutero expor suas teses foi a chegada de um representante papal para vender as tais indulgências em Wittenberg.

As teses discordavam da teologia católica, das práticas e doutrinas. Para o monge, elas eram ameaças à credibilidade da fé e da Igreja. Lutero foi acusado de heresia e se recusou a ir a Roma para se explicar. Em 1520, o Vaticano proclamou uma Bula papal exigindo que Lutero se retratasse ou seria excomungado. A Bula foi queimada em praça pública.

A fama de Lutero cresceu em

toda a Europa. O monge escreveu livros e traduziu a Bíblia para o alemão, o que ajudou a reforma luterana a se espalhar pelos principados alemães. Lutero foi responsável por uma revolução religiosa, subjugando o poder do Papa Católico, o poder de Roma e modificando para sempre o caminho religioso e espiritual na sociedade.

Formação

Martinho Lutero era de família simples. Gostava de música e tocava alaúde. Segundo relatos, por volta de 1500, ele presenciou uma grande tempestade com muitos raios. Apavorado, Lutero teria prometido entrar para a vida religiosa se conseguisse sobreviver à tormenta. Cumpriu a promessa. Quando entrou no monastério, estudou teologia. Historiadores afirmam que ele sofria de depressão e se considerava um pecador, mesmo depois de se tornar religioso.

Seu tutor no monastério o enviou a Roma em uma missão. Ao chegar, viu um mercado da fé, com vendas de artigos e imagens religiosas com promessa de salvação e passagem direta ao pa-

raíso. Ao voltar para a Alemanha, passou semanas sem pronunciar uma palavra no monastério.

Pressionado pelo tutor, Lutero faz críticas aos procedimentos da Igreja Católica em Roma. As crises de consciência aumentaram, principalmente na relação entre os ensinamentos da Teologia Cristã e a prática da religião.

Mesmo contrariado, aceitou ser enviado para Wittenberg, onde seria padre. De acordo com historiadores, naquela época Lutero começava a questionar dogmas da Igreja e a ganhar seguidores entre a população mais pobre da região. O sacerdote pregava a salvação com base no amor a Cristo, no verdadeiro arrependimento dos pecados e na compaixão, dizendo que apenas as escrituras eram capazes de mostrar a verdade. Lutero morreu de forma natural, em 1546.

O cisma na Igreja Católica floresceu. O Luteranismo ganhou força e avançou pelo mundo. A divisão provocou guerras e massacres e abalou o poder do Vaticano. Passados 500 anos, os conflitos ainda são percebidos, mas há um esforço das igrejas católica e luterana para garantir que a convivência seja amistosa.

Folha que vale ouro

Produção de tabaco proporciona boa renda aos produtores



Joel e Miguel Dambrowski no canteiro padrão de fumo da propriedade em Teixeira Soares

O fumo é uma cultura tradicional que vem se modernizando ao longo do tempo, impulsionada, principalmente, pelas empresas que atuam junto aos produtores em um regime de integração, por meio do qual os agricultores recebem todo o pacote tecnológico (sementes, insumos, etc.). Eles têm a garantia da compra do produto entregue nas condições estipuladas. Na região Sul do Brasil, a fumicultura tem como característica o arranjo familiar, sendo que a maioria das propriedades é tocada apenas pelos donos, ou com troca de dias de serviço nas épocas de plantio e colheita. É o caso dos irmãos Miguel e Joel Dambrowski, de Teixeira Soares (Sudeste paranaense), que deram continuidade à atividade do pai e hoje, com um terceiro irmão e suas famílias, tocam lavouras com a cultura.

Segundo Miguel, o tabaco responde por 70% da renda da propriedade, e a soja representa os outros 30%. Porém, as folhas de fumo ocupam apenas 8,5 hectares, enquanto

que a oleaginosa cobre 46 hectares. “Não posso expandir a área de fumo porque não tenho mão de obra para tocar, mas conforme forem disponibilizando novas tecnologias, vamos expandindo”, explica, referindo-se à inclusão de máquinas e técnicas que poupam o trabalho braçal na lavoura.

Ele conta que tomou conhecimento da real importância econômica do tabaco na sua propriedade quando fez o curso Empreendedor Rural do SENAR-PR. “Foi aí que eu coloquei na ponta do lápis e descobri que minha TIR [Taxa Interna de Retorno] era boa. Fiquei contente”, recorda.

Na safra passada (2016/17), Miguel recebeu, em média, R\$ 10,10 por quilo de folha já seca. O preço pago varia de acordo com a qualidade. As localizadas na parte superior da planta têm maior valor agregado. Já as folhas da parte de baixo valem menos. Essa diferença se dá pela quantidade de nicotina e pelo sabor do produto. As folhas têm que ser colhidas maduras, o que demanda um tra-

balho criterioso durante a colheita, que é feita em etapas, conforme a planta vai amadurecendo. Hoje, trabalham na produção oito pessoas, todas da família.

Pesquisa

O tabaco é uma das culturas que melhor remunera o produtor por hectare. Um estudo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e divulgado recentemente pelo Sindicato Interestadual das Indústrias de Tabaco (Sinditabaco), aponta que mais de 80% dos fumicultores brasileiros pertencem às classes econômicas A (renda mensal familiar superior a R\$ 14,4 mil) e B (rendimento mensal familiar entre R\$ 4,6 mil e R\$ 14,4 mil).

O Brasil se destaca no ranking mundial do fumo como o principal exportador e segundo maior produtor de tabaco em folha, atrás apenas da China. Em 2016, foram exportadas 481 mil toneladas do produto, gerando divisas da ordem de US\$ 2,09 bilhões ao Brasil.

A atividade se concentra na região Sul. De acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul respondem juntos por 97,5% da produção brasileira, que em 2016 totalizou 539 mil toneladas. No âmbito regional, os gaúchos são os campeões, com 52% da produção, seguidos pelos catarinenses, com 28%, e pelos paranaenses, com 20%. De acordo com o estudo, o Sul concentra 144 mil fumicultores.

A pesquisa da UFRGS aponta que a renda média familiar mensal na região Sul é de R\$ 4.601,65, para quem tem apenas o tabaco como atividade, e R\$ 7.836,40 nas propriedades que integram o tabaco com outras culturas agrícolas. Com isso, de acordo com o mesmo estudo, 6% dos fumicultores do Sul do Brasil estão estratificados na classe A e 74,4% na classe B.



Tabaco no Paraná (em 2016)

131 municípios produtores

PRINCIPAIS:

Rio Azul (10.013 t)
São João do Triunfo (9.041 t)
Prudentópolis (6.963 t)

28 mil produtores

56 mil hectares plantados

108 mil toneladas produzidas

R\$ 990 milhões de receita aos produtores

US\$ 2 bilhões em exportações

Fonte: Sinditabaco/UFRGS

Tecnologia

Na propriedade dos Dambrowski, a produtividade é de 3,3 mil kg/ha de fumo seco, com uma média de 16,6 mil pés por hectare. Cada pé de fumo rende cerca de 200 gramas de folhas secas. “Nossa meta é aumentar essa média para 250 gramas”, explica Miguel. Para isso, estão sempre abertos à aplicação de novas tecnologias e técnicas agrícolas. “Essa é uma cultura que dá condição de você investir. Mesmo colocando o custo total, ela se paga”, afirma.

Seu último investimento foi no “canteiro padrão”, um conjunto de estufas para produção de mudas com sistema de float, no qual as plantas boiam em uma solução de água e nutrientes antes de serem colocadas no campo. Por meio destes canteiros, fungicidas e outros agroquímicos são aplicados dentro das estufas, facilitando o trabalho do fumicultor. Não é feita quase nenhuma aplicação na lavoura.

O próximo passo, segundo Miguel, é a instalação de um sistema de fertirrigação por gotejamento na lavoura, que deve aumentar ainda mais sua produtividade. As obras para a casa de máquinas que alojará a bomba d’água deste equipamento já estão em andamento e devem estar concluídas no próximo ano. “Por enquanto a irrigação ainda é no regador”, diz.

O produtor Ederson Giovanetti, de Ivaí (Sudeste paranaense), já deu este passo e instalou um sistema de mangueiras de fertirrigação que utiliza tecnologia israelense para levar água e nutrientes às suas lavouras de tabaco. “Todo ano tem coisa nova”, conta. Antes de investir no conjunto de equipamentos para a fertirrigação, Giovanetti montou os canteiros padrão. O próximo investimento, segundo o produtor, será a aquisição de uma nova estufa com isolamento térmico para a secagem das folhas.

“Para a gente que trabalha apenas com a família, a



Ederson Giovanetti e Lucimar Antonio Souza (orientador da Souza Cruz)

tecnologia ajuda a reduzir a necessidade de mão de obra. Antes da fertirrigação tinha que fazer tudo na mão”, afirma, referindo-se à cobertura do solo com salitre (nitrato de potássio), que demandava muito mais trabalho.

Assim como o colega de Teixeira Soares, além do ta-

baco Giovanetti possui uma área com pinus, para geração de lenha e lavouras de soja e milho verão. Na última safra, ele recebeu R\$ 9,04/quilo de folhas secas de tabaco.

Na sua propriedade, Ederson toca a produção ao lado da esposa Ivonete. Nas etapas mais trabalhosas, como a colheita, o casal contrata mão de obra de terceiros conforme a necessidade. “Se quiser fazer mais rápido, contrata mais gente”, explica o produtor.

Há 25 anos na atividade, Giovanetti conta que deve ao tabaco o padrão de vida que possui hoje. “Comecei com 30 mil mudas que ganhei do meu pai, que era fumicultor. Aos poucos fui comprando terra, melhorando a propriedade”, conta o produtor, que hoje possui 43,5 hectares. “A cultura me dá retorno financeiro. Vejo que a grande maioria dos produtores tem casa própria e qualidade de vida”, diz.

De acordo com a pesquisa da UFRGS, 90% dos entrevistados estão satisfeitos em trabalhar na atividade agrícola, 85% planejam continuar plantando tabaco, 73% têm sucessor familiar e 64% afirmam que “a renda da família permite que eles levem a vida com facilidade”.

Modernização e capacitação modificaram atividade

A imagem do fumicultor fustigado pelas mazelas da cultura, aplicando agroquímicos sem Equipamento de Proteção Individual (EPI), com crianças trabalhando na atividade e intoxicados pela nicotina das folhas verdes é coisa do passado.

Diversos fatores contribuíram para que a segurança na atividade e a qualidade de vida do fumicultor melhorassem. Entre eles os cursos do SENAR-PR, principalmente o SOL Rural, que foi desenvolvido especialmente para a Souza Cruz com intuito de melhorar a rentabilidade do produtor e a qualidade dos produtos recebidos pela empresa. A sigla do programa é formada pelas iniciais das palavras: Segurança, Organização e Limpeza e traduz a preocupação em aplicar na propriedade todas as normativas que vão garantir a segurança do produtor e a pureza

do produto.

“Antes você chegava em uma estufa de fumo, era uma bagunça. Hoje, se você achar uma pena de galinha dentro da estufa, já chama a atenção do produtor”, conta Dácio Benassi, instrutor do SENAR-PR na área de fumicultura.

Desde que começou a acompanhar a atividade, em 1984, ele observa que muita coisa mudou. “Hoje você tem um [equipamento de proteção individual] EPI para colheita, outro para pulverização. As empresas orientam o produtor para fazer rotação de cultura, aumentar matéria orgânica, plantar na palha”, conta. Segundo ele, trata-se de um processo contínuo, que vem melhorando a cada dia. “Hoje você aplica muito pouco agroquímico na lavoura. Em parte, foram os treinamentos do SENAR-PR que conscientizaram os produtores”, diz.

O sucesso do SOL Rural fez com que a capacitação fosse replicada em diversos Estados brasileiros.

Cinco décadas em prol do campo

Sindicato Rural de Apucarana completou 50 anos, contabilizando mais de 3,4 mil associados ao longo deste tempo



primeiros agricultores adotaram a cultura em larga escala, e posteriormente arroz, trigo, batata, frutas e mandioca. Em um curto espaço de tempo, a agricultura passou a ser um dos motores da economia local, inclusive atraindo indústrias.

Diante do avanço do campo, os produtores rurais viram a necessidade de fortalecer o setor. Primeiro, em 1949, nasceu a Associação Comercial, Industrial e Rural de Apucarana. Mais tarde, em 1953, com o crescimento constante da agricultura, produtores decidiram criar uma entidade própria, surgindo a Associação Rural de Apucarana. Com a instauração do regime militar em 1964, foram modificadas leis, determinando a extinção das associações, que deveriam ser

No mês de outubro, os produtores de Apucarana comemoraram o aniversário de 50 anos do Sindicato Rural. Uma série de ações, como a edição de uma revista especial e um jantar comemorativo, marcou o Jubileu de Ouro da entidade, que contabiliza cerca de 3,4 mil associados ao longo das cinco décadas. Hoje, 362 produtores rurais fazem parte do quadro.

O jantar realizado no dia 27 de outubro, no Clube Ucraino de Apucarana, reuniu produtores rurais, familiares, autoridades municipais e regionais, presidentes de outros sindicatos, integrantes de antigas diretorias e da atual e parceiros do Núcleo dos Sindicatos do Norte do Paraná (Nunorte). A FAEP esteve representada pelo seu diretor secretário, Livaldo Gemin.

Voltada para o campo desde sua origem, a cidade no Norte foi projetada para ser um pequeno núcleo de abastecimento para Maringá e Londrina. Porém, com a chegada de diversos imigrantes, Apucarana se transformou em um celeiro agrícola, principalmente puxada pelo café. Os

transformadas em sindicatos.

No dia 13 de outubro de 1967, o então ministro do Trabalho e Previdência Social, Jarbas Passarinho, assinou a carta sindical, criando oficialmente o Sindicato Rural Patronal de Apucarana. “No primeiro momento, o Sindicato tinha um cunho mais social, ofertando serviços médicos, odontológicos, venda de insumos, assistência técnica e até barbeiro e cabelereiro. Depois da criação das cooperativas, que assumiram esse papel, passamos a oferecer apoios contábil e jurídico”, explica o atual presidente da entidade, Claudomiro Rodrigues da Silva.

Envolvido há 40 anos com o sindicato, Silva busca aproximar os produtores e a comunidade por meio de eventos como café da manhã, palestras e confraternizações. “Precisamos saber das necessidades do setor para continuar auxiliando. Nosso município é formado por cerca de 1,8 mil pequenas propriedades. Esse perfil precisa ainda mais de assistência, da aproximação do sindicato”, afirma.

Amor pela terra

Programas como o JAA, do SENAR-PR, ajudaram a inserir a filha de agricultores Fabiana Rogiski nesse universo



Muitas vezes a paixão pelo trabalho na terra está adormecida e só precisa de um pequeno estímulo para que floresça. Esse foi o caso de Fabiana Laís Rogiski, 24 anos, moradora de Irati (região Sudeste). Filha e neta de produtores rurais, desde cedo ela teve contato com a vida no campo, mas o amor pela atividade rural só despertou aos 17 anos, quando ela participou do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) do SENAR-PR.

“Antes eu não sabia o que acontecia na propriedade, tinha outras atividades, outros interesses. Foi no JAA que descobri que queria fazer Agronomia”, conta Fabiana,

que seguiu seu sonho e se formou na profissão em 2016, pela Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu (Uniguaçu), em União da Vitória. Seu trabalho de conclusão de curso foi na área de solos, assunto pelo qual ela tem carinho especial. Tanto que após concluir sua graduação Fabiana fez o curso do Programa Integrado de Conservação de Solos e Água (Prosolo), iniciativa que conta com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR e tem como objetivo retomar as boas práticas conservacionistas nas lavouras paranaenses.

Uma das vertentes do Prosolo é a formação de profissionais para atuar em projetos de conservação de solos e água nas propriedades. “Gostei muito do curso. Acho que abriu muitas oportunidades. É algo que vai além do que a gente vê na faculdade”, avalia a jovem engenheira agrônoma.

Na opinião de Fabiana, um dos entraves, não apenas para ela, mas para toda uma nova geração de jovens produtores rurais, é a resistência dos mais velhos às mudanças. “Muitas vezes quando o filho tem uma opinião diferente, eles não aceitam, então o filho acaba desistindo de tocar a propriedade”, observa. Para con-

tornar esse problema, Fabiana considera necessário ir devagar, tentando aos poucos mudar essa mentalidade. “No meu caso, meu pai é mais compreensivo, mas vejo que há diferença da geração dele para a minha. Eles têm muita experiência e a gente tem primeiro o estudo, para depois ganhar a experiência”, afirma.

Fabiana conta que busca se capacitar cada vez mais para atuar na área e, sempre que pode, auxilia o pai e os irmãos na condução da propriedade. Além do JAA e do Prosolo, ela fez diversos cursos do SENAR-PR para complementar seu conhecimento.

Jovens prontos para o futuro

Em sua terceira edição, Gincana Mecânica faz ação social e arrecada uma tonelada de alimentos e outros produtos para doação



Equipe vencedora da edição deste ano da Gincana Mecânica

A terceira edição da Gincana Mecânica do programa Aprendizagem de Adolescentes de Jovens (AAJ) do SENAR-PR, promovida no dia 31 de outubro, em Paracacity (Noroeste do Paraná), arrecadou cerca de uma tonelada de alimentos, quase 150 litros de leite, além de produtos de limpeza e itens de higiene pessoal para doação. A ação foi uma das atividades propostas aos competidores, que colocaram à prova seus conhecimentos em mecânica e espírito de equipe.

Ao todo, participaram dos “jogos” 123 aprendizes, além de instrutores e supervisores do SENAR e 43 colaboradores da Usina Santa Terezinha – parceira no projeto –, das unidades de Paracacity, Terra Rica, Rondon, Cidade Gaúcha, Ivaté, Umuarama, Tapejara e Goioerê.

O participante do JAA Guilherme Henrique Miranda Leonardo, 18 anos, do município de Terra Rica, foi um dos competidores. Ele cursa Ciências Contábeis e revela que vai levar para a vida os conhecimentos do curso postos à prova durante a gincana. “Coisas que vejo na faculdade agora eu já tinha aprendido no JAA, como saber mediar

situações que envolvem pessoas com personalidades diferentes, palavras corretas para usar e respeito às visões de mundo de cada um”, enumera.

Jonatas Júnior Coelho dos Santos, 18 anos, outro participante da gincana, ainda finaliza o Ensino Médio. Mas depois das aulas de mecânica do JAA ele já sabe o curso superior que quer fazer: engenharia mecânica. “O curso me ajudou bastante, levei a sério e pude aprender muito sobre o dia a dia da agroindústria e a importância da manutenção bem-feita dentro de todo o processo. E a gincana foi a oportunidade de colocar em prática nossa união e trabalho em equipe. Meu time inclusive tirou o primeiro lugar”, orgulha-se.

Um dos diferenciais da edição deste ano foi que, pela primeira vez, as equipes foram formadas por integrantes de cidades diferentes. “Essa integração entre participantes de diferentes municípios tornou possível uma visão coletiva do nosso trabalho. Tivemos uma possibilidade de avaliar acertos e erros do processo do programa”, avalia o instrutor do AAJ Márcio Vessoni, idealizador da gincana.

PRODUTOR
RURAL

**FIQUE
ALERTA**

O PRAZO PARA
INSCRIÇÃO NO
CAR E ADESÃO AO
PRA TERMINAM EM

31/12/2017

*NÃO PERCA OS
BENEFÍCIOS DO
NOVO CÓDIGO
FLORESTAL

▼
**O SEU
CAR ESTÁ
CORRETO?**

**VOCÊ JÁ
ADERIU
AO PRA?**

acesse www.iap.pr.gov.br e saiba mais



FAEP pede manutenção dos R\$ 550 milhões para o Seguro Rural

Valor anunciado no PAP 2017/18 acabou reduzido para R\$ 410 milhões. Corte prejudica produtores rurais



A FAEP encaminhou documento, no começo de novembro, aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPR) solicitando apoio para reverter a decisão do governo federal de reduzir os recursos para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). No dia 31 de outubro, o Ministério do Planejamento apresentou proposta de orçamento da União destinando R\$ 410 milhões, valor abaixo dos R\$ 550 milhões anunciados no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/18, em 7 de junho de 2017, no Palácio do Planalto, em Brasília.

“Entre 2006 e 2015, as companhias seguradoras pagaram mais de R\$ 3,7 bilhões em indenizações aos produtores rurais de todas as regiões, demonstrando mais

uma vez que é melhor investir na prevenção com o seguro rural do que nas consequências do endividamento, que tem um custo maior ao Tesouro Nacional e toda a sociedade”, alerta Ágide Meneguette, presidente da FAEP.

O valor restante questionado pela entidade, R\$ 140 milhões, é considerado fundamental para o setor. As possibilidades de catástrofes climáticas e as características inerentes da atividade encarecem a contratação do seguro rural. Ou seja, muitas vezes, o produtor não consegue contratar o serviço sozinho e depende da atuação do governo.

O documento também foi encaminhado aos parlamentares da bancada paranaense e ao deputado federal Evandro Roman (PSD-PR), relator das propostas orçamentárias na área de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário.

Pecuária Moderna

Os integrantes do Programa Pecuária Moderna se reuniram no dia 6 de novembro, na sede da FAEP, em Curitiba. Durante o encontro foi apresentado um balanço das propriedades cadastradas no programa. Ao todo são 124 cadastros, compreendendo 37,7 mil hectares, dos quais 21,4 mil ha são destinados a pastagens. Durante a reunião também foi debatido o andamento das turmas do Programa de Qualificação de Técnicos em Bovinocultura de Corte. Duas já foram concluídas: Santo Antônio da Platina e Cascavel, e outras duas turmas estão em andamento em Ibiporã e Ponta Grossa. No total, vão ser capacitados 101 técnicos. O grupo iniciou o planejamento para 2018.



Banca do PER

A banca de avaliadores do Programa Empreendedor Rural (PER) esteve reunida, na primeira semana de novembro, para definir os trabalhos finalistas da edição 2017. Durante três dias, técnicos da FAEP, SENAR-PR, Sebrae, Fetaep e Universidade Federal do Paraná (UFPR) avaliaram 102 projetos desenvolvidos ao longo do ano. Os vencedores serão anunciados na festa de premiação, no dia 1º de dezembro, no ExpoTrade, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Em 2017, o PER contou com 59 turmas, com 1.180 inscritos.



Proibição de pesca de espécies nativas

A pesca de espécies nativas está proibida nos rios e reservatórios do Paraná até 28 de fevereiro do ano que vem. A medida, que entrou em vigor no dia 1º de novembro, visa proteção da fauna aquática durante a piracema, época da reprodução da maioria das espécies. Nesse período, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Polícia Ambiental reforçarão as ações de fiscalização em todo Estado. A atividade será permitida somente em reservatórios artificiais, e a pesca de espécies consideradas exóticas, aquelas que foram introduzidas no meio ambiente pelos seres humanos. Quem for flagrado pescando em desacordo com as restrições será enquadrado na lei de crimes ambientais e multado em R\$ 700, mais R\$ 20 por quilo de peixe pescado. Além disso, os

materiais de pesca e embarcações poderão ser apreendidos pelos fiscais.



Censo Agropecuário 2017

No primeiro mês de visitas do Censo Agropecuário 2017, os recenseadores do IBGE já estiveram em 76,4 mil das 373 mil propriedades e estabelecimentos agropecuários do Paraná. Até o fim de fevereiro de 2018, cerca de 5,2 milhões de estabelecimentos do país serão visitados. Es-

tão sendo levantadas informações sobre a área, produção, características do pessoal ocupado, emprego de irrigação, uso de agroquímicos, entre outros temas. Os resultados do Censo devem começar a ser divulgados em meados de 2018. A coleta de dados está sendo feita por meio de um aparelho semelhante a smartphones, que roda um aplicativo desenvolvido pelo próprio IBGE, que utiliza GPS e imagens de satélite de cada setor censitário, assinalando a posição do recenseador no terreno e indicando a localização e os endereços dos estabelecimentos a serem recenseados.

Agrinho na Alep

Os vencedores do concurso Agrinho 2017 receberam votos de louvor e congratulações durante a sessão do dia

6 de novembro da Assembleia Legislativa do Paraná. Os premiados também receberam menção honrosa. O requerimento foi apresentado pelo deputado estadual Nereu Moura. O resultado do concurso foi divulgado no dia 30 de outubro, durante evento no Exprotrade, em Pinhais.



LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Quem não tem cão caça com vaca - A leitora Juliana Wesgueber, de Sengés (Campos Gerais) enviou a foto de uma corajosa vaca da propriedade da família que decidiu enfrentar um porco espinho.



Vista da janela - O Nélio Agostinho Moos, de São João (Sudoeste do Paraná), fotografou duas pombinhas que fizeram ninho em uma árvore perto do escritório dele.



ANDIRÁ

PRODUÇÃO ARTESANAL DE ALIMENTOS

O Sindicato Rural de Andirá promoveu, nos dias 19 e 20 de outubro, em sua extensão de base em Barra do Jacaré, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Conservação de Frutas e Hortaliças – Geleias, Doces de Corte e Pastosos. Participaram 15 pessoas com a instrutora Maria Luzinete Pina Zanin.



GRANDES RIOS

TURISMO RURAL

O Sindicato Rural de Grandes Rios realizou, entre os dias 14 e 22 de agosto, o curso Trabalhador em Turismo Rural – Turismo Rural e Oportunidades de Negócios. Participaram 11 pessoas com a instrutora Devanilde Arias.



CIANORTE

FORRAGICULTURA

O Sindicato Rural de Cianorte organizou, entre 20 e 22 de setembro, em sua extensão de base em São Manoel do Paraná, em parceria com a prefeitura local, o curso Trabalhador na Forragicultura – Manejo de Pastagens. Participaram 10 pessoas com o instrutor Claudécir Sebastião Prieto.



LONDRINA

PER

O Sindicato Rural de Londrina promoveu, entre 8 de maio e 9 de outubro, o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – Programa Empreendedor Rural – Fase I. Participaram 18 pessoas com o instrutor Gumercindo Fernandes da Silva Júnior.



NOVA LONDRINA

TRABALHO EM ALTURA

O Sindicato Rural de Nova Londrina organizou, nos dias 10 e 11 de outubro, o curso Trabalhador na Segurança no Trabalho – NR35 – Trabalho em Altura – Agroindústria. Participaram sete pessoas com o instrutor Marcelo Silveira dos Santos.



UBIRATÁ

OLERICULTURA

O Sindicato Rural de Uiratá promoveu, entre 16 e 20 de outubro, o curso Trabalhadores Agrícolas na Olericultura – Planejamento da Produção, do Plantio à Comercialização. Participaram 15 pessoas com a instrutora Milena Pierotti Euzébio.



TERRA ROXA

APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Terra Roxa realizou, de 16 a 20 de outubro, o curso Trabalhador na Aplicação de Agrotóxicos - Pulverizador Autopropelido. Participaram seis pessoas com o instrutor Rafael Kentaro Okaro.



UMUARAMA

TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Umuarama organizou, de 25 a 29 de setembro, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas – Tratores e Implementos. Participaram 13 pessoas com o instrutor Cláudio Rodrigues.

VIA RÁPIDA

Poderoso

Os portadores de passaporte de Cingapura, cidade-estado na Ásia, podem entrar em 159 países do mundo sem a necessidade de visto. O documento é considerado o mais poderoso do planeta, segundo o ranking organizado pela empresa de consultoria Arton Capital, o Passport Index. O brasileiro está em 39º lugar na lista, sendo aceito em 144 nações. Na lanterna está o passaporte do Afeganistão. Os afegãos não necessitam de visto em apenas 22 países.



É bem rapidinho

A Space X, empresa contratada pela Nasa para desenvolver espaçonaves que levam astronautas até a Estação Espacial Internacional, promete que a tecnologia desenvolvida por ela vai ajudar a diminuir o tempo gasto em viagens entre cidades pelo mundo. Segundo Elon Musk, dono da Space, os foguetes da empresa vão permitir que uma viagem entre Londres e Nova York, por exemplo, seja feita em 29 minutos. A tecnologia faz parte do projeto de Musk de levar pessoas a Marte em 2024.



Você sabia?

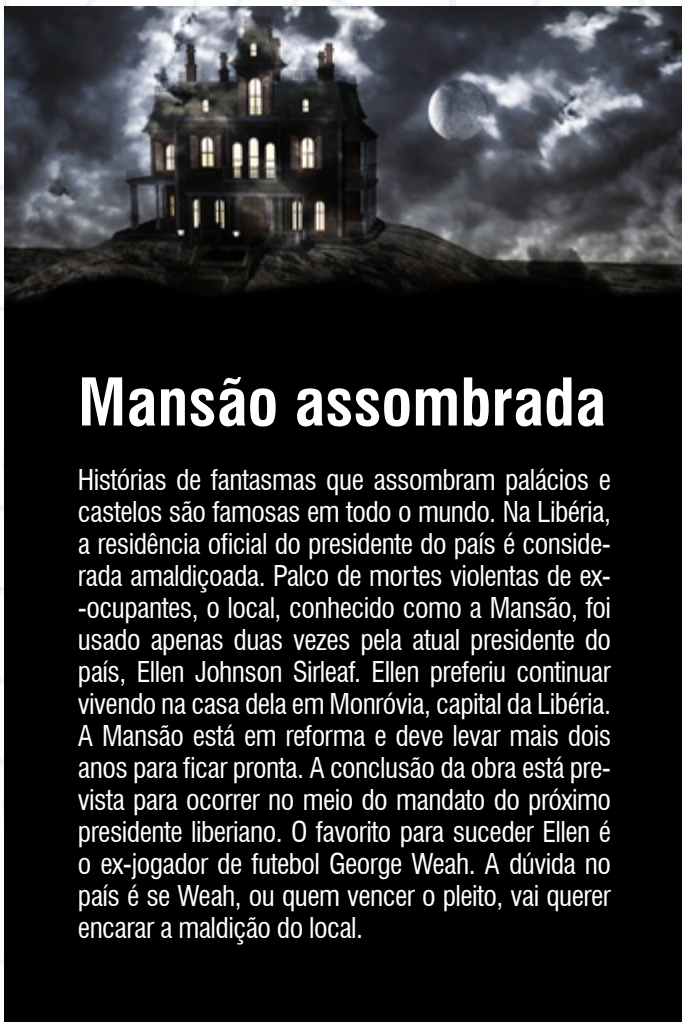
A Síria abriga vários sítios arqueológicos e sua capital, Damasco, é uma das cidades mais antigas do mundo. O território de Damasco é habitado há mais de 5 mil anos. Infelizmente o país enfrenta há anos uma guerra civil que já deixou milhares de mortos e provocou um êxodo de sua população. A violência também é uma ameaça à manutenção do acervo arqueológico.



Astrolábio

Um artefato encontrado nos restos do navio Esmeralda, que naufragou em 1503 na costa de Omã, no Oriente Médio, seria um astrolábio usado pela frota do navegador português Vasco da Gama (1469-1524). Em tempos sem GPS, radares e rádio, o instrumento ajudava os navegadores a se localizarem na imensidão dos mares. O equipamento servia para medir a altura do Sol e das estrelas, apontando a latitude e a longitude do lugar onde se encontrava o navio. Os arqueólogos acreditam que o artefato tenha sido construído entre 1495 e 1500, já que possuem o brasão do rei Manuel Iº, então soberano de Portugal, que assumiu o trono neste período.





Mansão assombrada

Histórias de fantasmas que assombram palácios e castelos são famosas em todo o mundo. Na Libéria, a residência oficial do presidente do país é considerada amaldiçoada. Palco de mortes violentas de ex-ocupantes, o local, conhecido como a Mansão, foi usado apenas duas vezes pela atual presidente do país, Ellen Johnson Sirleaf. Ellen preferiu continuar vivendo na casa dela em Monróvia, capital da Libéria. A Mansão está em reforma e deve levar mais dois anos para ficar pronta. A conclusão da obra está prevista para ocorrer no meio do mandato do próximo presidente liberiano. O favorito para suceder Ellen é o ex-jogador de futebol George Weah. A dúvida no país é se Weah, ou quem vencer o pleito, vai querer encarar a maldição do local.



“O passado não volta. Importantes são a continuidade e o perfeito conhecimento de sua história.”

Lina Bo Bardi,
arquiteta italiana radicada
no Brasil (1914-1992).

Na sala de aula

Professora: O que devo fazer para repartir 11 batatas por 7 pessoas?

Joãozinho: Purê de batata, professor!

Professora: Chovia que tempo é?

Joãozinho: É mau tempo, professor.

Professora: Quantos corações nós temos?

Joãozinho: Dois, professora.

Professora: Dois?

Joãozinho: Sim, o meu e o seu!

Professora: Pode me dizer o nome de cinco coisas que contenham leite?

Joãozinho: Sim, professora.

Um queijo e quatro vacas.

Professora: Joãozinho, você ora antes de cada refeição?

Joãozinho: Não professora, não preciso...

A minha mãe é uma boa cozinheira.

Professora: Joãozinho, a tua redação “O Meu Cão” é exatamente igual à do seu irmão. Você copiou?

Joãozinho: Não, professora.

O cão é que é o mesmo.



UMA SIMPLES FOTO



O REI DOS ANIMAIS



Saiu o leão a fazer sua pesquisa estatística, para verificar se ainda era o Rei das Selvas. Os tempos tinham mudado muito, as condições do progresso alterado a psicologia e os métodos de combate das feras, as relações de respeito entre os animais já não eram as mesmas, de modo que seria bom indagar. Não que restasse ao leão qualquer dúvida quanto à sua realeza. Mas assegurar-se é uma das constantes do espírito humano, e, por extensão, do espírito animal. Ouvir da boca dos outros a consagração do nosso valor, saber o sabido, quando ele nos é favorável, eis um prazer dos deuses. Assim o leão encontrou o macaco e perguntou: “Hei, você aí, macaco, quem é o rei dos animais?” O macaco, surpreendido pelo rugir indagatório, deu um salto de pavor e, quando respondeu, já estava no mais alto galho da mais alta árvore da floresta: “Claro que é você, leão, claro que é você!”.

Satisfeito, o leão continuou pela floresta e perguntou ao papagaio: “Currupaco, papagaio. Quem é, segundo seu conceito, o Senhor da Floresta, não é o leão?” E como aos

papagaios não é dado o dom de improvisar, mas apenas o de repetir, lá repetiu o papagaio: “Currupaco... não é o leão? Não é o leão? Currupaco, não é o leão?”.

Cheio de si, prosseguiu o leão pela floresta em busca de novas afirmações de sua personalidade. Encontrou a coruja e perguntou: “Coruja, não sou eu o maioral da mata?” “Sim, és tu”, disse a coruja. Mas disse de sábia, não de crente. E lá se foi o leão, mais firme no passo, mais alto de cabeça. Encontrou o tigre. “Tigre, disse em voz de estentor, eu sou o rei da floresta, certo?” O tigre rugiu, hesitou, tentou não responder, mas sentiu o barulho do olhar do leão fixo em si, e disse, rugindo contrafeito: “Sim”. E rugiu ainda mais mal-humorado e já arrependido, quando o leão se afastou.

Três quilômetros adiante, numa grande clareira, o leão encontrou o elefante. Perguntou: “Elefante, quem manda na floresta, quem é rei, imperador, presidente da República, dono e senhor de árvores e de seres, dentro da mata?” O elefante pegou-o pela tromba, deu três voltas com ele pelo ar, atirou-o contra o tronco de uma árvore e desapareceu floresta adentro. O leão caiu no chão, tonto e ensanguentado, levantou-se lambendo uma das patas, e murmurou: “Que diabo, só porque não sabia a resposta não era preciso ficar tão zangado”.

Millôr Fernandes

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistematicaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistematicaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistematicaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

